



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2043, DE 2022

Altera os arts. 153, 154 e 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com o objetivo de criar tipos penais qualificados para quando a informação sigilosa diz respeito a processo de adoção ou envolva menor de 14 (quatorze) anos.

**AUTORIA:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2022**

Altera os arts. 153, 154 e 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com o objetivo de criar tipos penais qualificados para quando a informação sigilosa diz respeito a processo de adoção ou envolva menor de 14 (quatorze) anos.



SF/22953.27756-94

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 153 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte § 1º-B:

“**Art. 153.** .....

.....

§ 1º-B. Se a informação sigilosa diz respeito a processo de adoção ou envolva menor de 14 (quatorze) anos, a pena é de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

.....” (NR)

**Art. 2º** O art. 154 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“**Art. 154.** .....

§ 1º.....

§ 2º Se a informação sigilosa diz respeito a processo de adoção ou envolva menor de 14 (quatorze) anos, a pena é de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.” (NR)

**Art. 3º** O art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 325. ....

§ 3º Incorre nas penas do § 2º deste artigo o funcionário que revelar indevidamente informações sobre processo de adoção ou que envolva menor de 14 (quatorze) anos.” (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O processo de adoção, por razões óbvias, corre em segredo de justiça. A medida se presta à proteção da intimidade do adotante, do adotado, bem como dos genitores que entregam a criança à adoção.

A violação desse sigilo tem especial gravidade pois pode conduzir a uma espécie de linchamento virtual das partes envolvidas – consequência indiscutivelmente repugnante –, quando uma delas é pessoa pública, por exemplo.

Recentemente, ocorreu a violação de sigilo de um processo de adoção, que teve como consequência o linchamento virtual de uma mulher de apenas 21 anos, que entregou à adoção o filho gerado em consequência de estupro de que fora vítima. Houve, no caso, nítida revitimização.

O Código Penal (CP) já pune a divulgação de segredo (art. 153), a violação de segredo profissional (art. 154) e a violação de sigilo funcional (art. 325), todavia é necessário incrementar a pena cominada abstratamente, para a hipótese de a informação revelada dizer respeito a processo de adoção.

Então, mediante este projeto, pretendemos estabelecer a pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa, para a divulgação de segredo e a violação de segredo profissional (arts. 153 e 154 do CP), caso a informação revelada diga respeito a processo de adoção. Além disso, estabelecemos a pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa, para a violação de sigilo funcional (art. 325 do CP) cometida nessa circunstância.

Assim, certa de que a modificação legislativa proposta aprimora a resposta penal para essas espécies de crime, pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela aprovação do projeto.



SF/22953.27756-94

Sala das Sessões,

Senadora DANIELLA RIBEIRO



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art153

- art154

- art325